

# **Enel Green Power Volta Grande S.A.**

**CNPJ: 25.176.391/0001-20**

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

**Com relatório dos auditores independentes**

## **Enel Green Power Volta Grande S.A.**

### **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

#### Índice

Relatório da administração.....	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	9
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	12
Demonstrações do resultado.....	14
Demonstrações do resultado abrangente .....	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	16
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	18

# Relatório da Administração - 2023

Enel Green Power Volta Grande S.A.

01 de março de 2024

**Relações com Investidores**

<https://ri.enel.com/> | [brasil.investorrelations@enel.com](mailto:brasil.investorrelations@enel.com)

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

### Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Volta Grande S.A. (ou “Volta Grande”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## 1 PERFIL\*

A Enel Green Power Volta Grande é uma geradora hidrelétrica situada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, na região Sudeste do país. Desde 11 de novembro de 2017 é gerida pelo grupo Enel, cujo direito de operação por 30 anos foi adquirido em leilão realizado no mesmo ano, por um valor total de R\$ 1.420 milhões.

Com uma capacidade total instalada de 380 MW, subdivididos em 4 unidades geradoras de 95MW cada, possui 219 MWm de energia assegurada. Em 2023, Volta Grande teve uma geração líquida de 1.704 GWh (1.414 GWh em 2022). A usina conta, ainda, com 13,8 km de linhas áreas de transmissão, sendo 6,8km de linhas de alta tensão e 7km de linhas de média tensão.

O grupo Enel, por meio da Enel Brasil S.A., detém 100% do seu capital.

## 2 CONTEXTO SETORIAL

### Histórico da falta de liquidez do mercado no curto prazo

A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R\$ 10 bilhões.

Após a publicação da Lei nº 14.052, em 8 de setembro de 2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro/2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, grande parte dos agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo.

No caso de Volta Grande, a liquidez no Mercado de Curto Prazo tem impacto menor dado que 70% da sua Garantia Física está contratado no regime de Cotas, sem exposição no mercado de curto prazo.

Em junho/2022, Volta Grande assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017, postergando o final da concessão para 11/05/2048.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

### REN 899/2020 – Alocação de energia no MRE

Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 899 que altera a Resolução Normativa nº 584 com as definições de alocação de energia do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) para os próximos anos.

A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuarão existindo dois tipos de alocação: uma para lastro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia do MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física.

No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa nº 898, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE.

### Revisão de Garantia Física

Em 2022 houve um processo de Revisão Ordinária de Garantia física com vigência a partir de Jan/23, onde Volta Grande sofreu uma redução de 5%. Com isso, sua Garantia Física foi definida em 219,1 MW de 2023 até 2027.

## 3 PRINCIPAIS INDICADORES

### Indicadores Operacionais

	2023	2022	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	380	380	-	0,0%
Energia assegurada (Garantia Física) (MWmedia)	219	231	-	-5,2%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.704	1.414	290	20,5%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.823	1.656	167	10,1%
Investimento Total (R\$ Mil)	28.266	15.677	12.589	80,3%

### Indicadores Patrimoniais

	2023	2022	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	1.715.846	1.699.108	16.738	1,0%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	855.458	744.783	110.675	14,9%
Valor patrimonial por ação (R\$)	1,51	1,32	0,20	14,9%

## 4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de disponibilidade acumulado em 2023 foi de 78% (78% em 2022), devido a paradas de manutenção (incluindo programadas). A geração, em 2023, foi de 1.743GWh, representando um aumento de 20% em comparação a 2022 (1.451GWh).

Do total de sua energia assegurada, 70% são comercializadas através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

	2023	2022	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	411.069	401.600	9.469	2,4%
Deduções da Receita Bruta	(53.586)	(51.604)	(1.982)	3,8%
Receita Operacional Líquida	357.483	349.996	7.487	2,1%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(80.551)	(79.506)	(1.045)	1,3%
EBITDA (1)	278.978	271.053	7.925	2,9%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>78,04%</b>	<b>77,44%</b>	-	<b>0,60 p.p</b>
EBIT (2)	276.932	270.490	6.442	2,4%
<b>Margem EBIT</b>	<b>77,47%</b>	<b>77,28%</b>	-	<b>0,19 p.p</b>
Resultado Financeiro	(51.895)	(64.966)	13.071	-20,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(64.323)	(69.342)	5.019	-7,2%
Lucro Líquido	160.714	136.182	24.532	18,0%
<b>Margem Líquida</b>	<b>44,96%</b>	<b>38,91%</b>	-	<b>6,05 p.p</b>
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,28	0,24	0,04	18,0%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional líquida de 2023 foi R\$ 7,5 milhões superior em relação ao ano de 2022, decorrente principalmente do aumento na receita anual de geração – RAG (incluindo partes relacionadas) no valor de R\$ 23,5 milhões, que foi parcialmente compensado por uma redução na atualização do bônus de concessão, que totalizou R\$ 70,5 milhões em 2023 contra R\$ 85,9 milhões em 2022.

Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 1,0 milhão em relação a 2022, explicado principalmente por: (i) maior custo com transporte de potência de energia (incluindo partes relacionadas), equivalente a R\$ 53,1 milhões, um aumento de R\$ 3,8 milhões em comparação a 2022; (ii) aumento de R\$ 2,7 milhões em serviços de terceiros e (iii) aumento de R\$ 1,5 milhão em depreciação e amortização. Tais efeitos foram parcialmente compensados por uma redução em custo e despesas com energia elétrica comprada para revenda na ordem de R\$ 4,2 milhões e R\$ 2,3 milhões em materiais.

Estas variações resultaram em um aumento de R\$ 7,9 milhões do EBITDA, que alcançou o montante de R\$ 279,0 milhões em 2023, frente a R\$ 271,1 milhões em 2022.

O resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 51,9 milhões, uma redução de R\$ 13,1 milhões em relação ao exercício anterior. As principais variações referem-se à redução de R\$ 9,4 milhões na despesa com variação monetária – dívidas e R\$ 2,7 milhões em encargos de dívidas.

Em decorrência dos efeitos acima, o lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 160,7 milhões, um aumento de R\$ 24,5 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 136,2 milhões).

## 6 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2023 somaram R\$ 28,3 milhões, representando um aumento de R\$ 12,6 milhões em comparação com o volume investido em 2022.

Os investimentos foram alocados principalmente em reforma e modernização das turbinas, com o término das atividades na unidade geradora 03 e início da unidade geradora 04, tendo como finalidade a melhora do rendimento da planta e mitigação dos riscos (redução da garantia física, melhora do fator de indisponibilidade e redução das penalidades).

## 7 ENDIVIDAMENTO

A aquisição da concessão foi financiada com 60% de dívida com terceiros e 40% com capital próprio. Inicialmente, foi considerado um crédito ponte por um período de dois anos (2018-2019).

Em novembro de 2019, a Companhia estruturou um financiamento de longo prazo, por meio da sua 1ª emissão de debêntures. Foram captados R\$ 800 milhões, em 2 séries, com prazo de 10 anos e um custo de IPCA + 3,70% a.a.. Este financiamento está condicionado a manutenção do nível de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida Financeira / EBITDA, inferior a 4.0x.

Em 2023, o nível de alavancagem registrado foi de 2,08 (2,31x em 2022).

## 8 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL\*

### SUSTENTABILIDADE

O modelo organizacional e de governança corporativa da Enel garante que as questões de sustentabilidade sejam adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (*Environmental, Social and Governance*) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar decisões e orientar as nossas ações.

Nossa estratégia de sustentabilidade considera as principais tendências do setor elétrico, entre os quais destacamos um dos grandes desafios da atualidade, a transição energética justa e acessível, alicerçada nas fontes renováveis de geração. Além de perspectivas globais como a Agenda 2030 da ONU consolidada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo, entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Acessível e Limpa (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

### Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Por meio dos projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel Green Power Volta Grande se relaciona no território, em 2023, a empresa beneficiou 817 pessoas por meio de 3 projetos, com um investimento de R\$ 60 mil. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

O Programa de Educação Ambiental para conscientização ambiental e preservação do entorno do reservatório da usina Volta Grande que beneficiou 757 moradores de comunidades ao redor da planta.

Uma série de palestras e oficinas voltadas para as mulheres da região também foram conduzidas pela empresa através do projeto “Mulheres de Energia”. Essa iniciativa engloba diversas ações voltadas ao empoderamento feminino, entre elas: “Ações Afirmativas para o Empoderamento Feminino”, “Capacitação Técnica para Contratação nas Fases de Construção e Operação”, “Contratação” e “Capacitação para Empreendedorismo nas Comunidades Locais”. O projeto também conta com outras iniciativas, como: palestras sobre mercado de trabalho e troca de experiências para fortalecer as mulheres nas regiões, vagas apresentadas internamente, cargas horárias ocupadas por mulheres e técnicas para promover e estimular o empreendedorismo, e o poder feminino e a igualdade de gênero. Ao todo 60 pessoas foram beneficiadas em 2023.

Somados aos projetos específicos da Enel Green Power Volta Grande, a empresa também integra importantes iniciativas de sustentabilidade da holding, com destaque para:

**Parceiro Responsável:** Programa de desenvolvimento e engajamento da cadeia de suprimentos da Enel em nossos objetivos e compromissos de sustentabilidade, em especial com a Agenda 2030 da ONU. Em 2023, foram capacitadas 318 pessoas de 206 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

**Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos um processo de DDDH em suas atividades. Em 2022 encerramos o 2º ciclo de DDDH com sucesso, após implementar 15 iniciativas que elevaram o nível de gestão dos direitos humanos nas atividades da Enel. Em 2023, iniciamos o 3º ciclo consecutivo. As primeiras etapas deste 3º ciclo envolvem uma consulta a todos os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas, com o objetivo de mapearmos riscos e oportunidades de melhoria nas atividades da Enel, em relação aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Essa recente avaliação identificou que o nível de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos é de 90%. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente; Integridade (tolerância zero a corrupção), Respeito à Diversidade, e às Comunidades, por serem temas com maior risco de possíveis violações de forma geral no país (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisa de opinião realizada com diversos stakeholders da Enel incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir de 2024 todos esses resultados serão analisados e tratados por meio de um Plano de Ação que será acompanhado pelo Conselho de Administração da Enel.

**Rede do Bem:** A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2023, o programa beneficiou 1.170 pessoas e contou com a atuação de 2.073 voluntários, através de 12 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM).

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** No período de julho a dezembro de 2023, a Enel Brasil promoveu com sucesso o Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser - Sustentabilidade em Rede”, envolvendo 2.936 colaboradores em 28 atividades estratégicas e com a condução de 37 facilitadores. A iniciativa abordou os pilares essenciais da atuação da empresa: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. O programa foi realizado em formatos online e presencial, destacando a importância das pessoas como impulsionadoras da transição energética. O programa proporcionou a oportunidade de também apresentar o Relatório de Sustentabilidade da Enel Brasil 2022, abrangendo realizações, projetos, desempenho operacional e financeiro, e a atuação nos pilares ESG em todas as operações no país. A participação excepcional de 2.936 colaboradores superou em 10% a meta inicial de 2.680 participações, evidenciando o sólido compromisso da Enel com uma cultura responsável e sustentável. Os eventos abordaram temas cruciais alinhados ao Movimento Ambição Net Zero, promovendo inovação e progresso sustentável em comunidades. Os webinars, divididos nos pilares Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser

Social e Ser Humano, exploraram temas como mudanças climáticas, inovação, economia circular, progresso sustentável para comunidades locais e ética nos negócios. Além disso, o "Ser EGP na Estrada" levou conhecimento sobre direitos humanos e sustentabilidade para os profissionais de campo.

## 9 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES\*

### **Prêmio Nacional de Inovação**

A Enel Brasil ganhou o prêmio na categoria Inovação de Produto, que reconhece um bem ou um serviço novo ou melhor e que se difere de outros do mercado. O Prêmio Nacional de Inovação é considerado o maior reconhecimento de empresas inovadoras do Brasil e é organizado pela Confederação Nacional da indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

### **Melhor RH Sudeste**

Fomos reconhecidos entre os mais relevantes gestores de recursos humanos da região Sudeste. A premiação também ressalta o valor dos líderes de RH para o mercado corporativo.

### **Ranking Equileap**

Pelo quarto ano consecutivo, a Enel foi confirmada no ranking da Equileap TOP 100 empresas globais para a igualdade de gênero. A classificação como a empresa italiana com melhor desempenho no tema reconhece o resultado de nossas ações na promoção da igualdade de gênero no local de trabalho, como a presença de mulheres no Conselho Administrativo, em cargos gerenciais e na fase de recrutamento. A organização certificou também nossas práticas na promoção dos direitos humanos e na proteção contra violência, abuso e assédio sexual. A Equileap avalia o desempenho em relação à igualdade de gênero de empresas listadas nos principais índices do mercado de ações no setor corporativo. Em 2023, a pesquisa avaliou cerca de quatro mil companhias em 23 mercados mundiais. A posição conquistada pela Enel reforça nosso compromisso com a promoção da igualdade salarial, o bem-estar e a integração de todos nossos colaboradores.

### **Smart Customer 2023**

Recebemos o troféu Prêmio Smart Customer 2023 com os cases Market School e "Jeito Enel de Servir", nas categorias "Treinamento e Capacitação" e "Cultura Organizacional", respectivamente. A premiação reconhece as práticas empresariais que oferecem a melhor experiência aos clientes e colaboradores. Os cases vencedores fazem parte das iniciativas da Enel Brasil para aprimorar as técnicas e serviços relacionados ao atendimento ao cliente.

### **Valor Inovação Brasil 2023**

Fomos reconhecidos como uma das cinco empresas do setor de energia elétrica mais inovadora do país pelo Prêmio Valor Inovação Brasil 2023. A Enel Brasil ficou em terceiro lugar no ranking do setor de energia elétrica, evidenciando os esforços da companhia no desenvolvimento da cultura de inovação e de soluções pioneiras. Participaram da premiação 150 empresas de 25 setores da economia. O Prêmio é promovido pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Strategy&, consultoria estratégica da PwC Brasil.

### **GRI AWARDS SUS EGP**

A Enel Brasil foi destaque em três categorias com os projetos Canteiro Sustentável Formação Técnica de Mulheres, de Enel Green Power e Grids, e Semiárido Sustentável, de Enel Green Power. A premiação é realizada pelo GRI Club que reconhece iniciativas de empresas operadoras, concessionárias, entre outras, que se destacaram no mercado de infraestrutura no Brasil. São avaliados programas, projetos e ações dos setores de energia, saneamento básico, infraestrutura urbana e social e ambientais.

### **Revolução da Aprendizagem 2023**

A Enel Brasil foi a vencedora do Prêmio Revolução da Aprendizagem 2023, na categoria Melhor Projeto de Compliance, com a iniciativa Academia Regulatória. O projeto é focado na excelência e no compromisso com a conformidade às normas regulatórias. O prêmio é concedido pela Revvo, empresa relevante no mercado de treinamento e-learning.

### **Prêmio Nacional de Gestão de Ativos 2023**

O Projeto Academia Regulatória ganhou o primeiro lugar nas categorias Gestão Estratégica e projeto geral do Egaese (Encontro de Gestão de Ativos do Setor Elétrico).

**Prêmio Boas Práticas em Transparência Corporativa do Pacto Global**

Promovido pela 1ª vez pelo Pacto Global das Organizações das Nações Unidas (ONU) no Brasil, a Enel Brasil foi uma das empresas reconhecidas no Prêmio de Boas Práticas do Movimento Transparência 100%, pelo Programa Parceiro Responsável, que visa desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade, incluindo ética e integridade.

**10 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

Acionistas	2023		2022	
	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
<b>Total</b>	<b>565.756.528</b>	<b>100,00%</b>	<b>565.756.528</b>	<b>100,00%</b>

**11 AGRADECIMENTOS**

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2023 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

**12 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS**

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jayme Barg	Diretor Presidente e Diretor de Operação e Manutenção
Michelle Rodrigues Nogueira	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

**Relações com Investidores**

Fabio Romanin

**Contador Responsável**

Camila Silva de Mello

CRC 1RS083577/O-5

Relatório dos auditores independentes



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Acionistas da Enel Green Power Volta Grande S.A.

Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Volta Grande S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Volta Grande S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.  
  
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ-092563/O-1



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.558	53.850
Títulos e valores mobiliários		14	144
Contas a receber	4	7.036	6.260
Outros tributos compensáveis		512	512
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	65.025	62.175
Serviços em curso		2.297	1.755
Outros créditos		7.807	5.581
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>117.249</b>	<b>130.277</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	1.495.577	1.492.195
Imobilizado	6	94.109	67.769
Intangível	7	8.911	8.867
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.598.597</b>	<b>1.568.831</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.715.846</b>	<b>1.699.108</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b><u>Passivo circulante</u></b>			
Fornecedores	<b>8</b>	37.873	33.032
Debêntures	<b>9</b>	106.127	102.210
Obrigações por arrendamentos		48	219
Salários, provisões e encargos sociais		827	955
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<b>10</b>	31.892	31.670
Outras obrigações fiscais		3.363	3.005
Encargos setoriais		10.366	8.266
Dividendos a pagar	<b>12</b>	16.382	65.343
Outras obrigações		623	108
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>207.501</b>	<b>244.808</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>			
Debêntures	<b>9</b>	508.064	582.363
Obrigações por arrendamentos		392	435
Tributos diferidos	<b>16</b>	143.926	126.516
Provisões para processos judiciais	<b>11</b>	505	203
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>652.887</b>	<b>709.517</b>
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>			
Capital social	<b>12</b>	565.756	565.756
Reserva legal		42.537	34.501
Reserva de reforço de capital de giro		194.735	144.526
Dividendos adicionais propostos		52.430	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>855.458</b>	<b>744.783</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.715.846</b>	<b>1.699.108</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2023	2022
Receita líquida	13	357.483	349.996
Custo do serviço	14	(75.229)	(72.802)
<b>Lucro bruto</b>		<b>282.254</b>	<b>277.194</b>
<b>Despesas operacionais</b>	14		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		462	(37)
Despesas gerais e administrativas		(5.784)	(6.669)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	2
<b>Total despesas operacionais</b>		<b>(5.322)</b>	<b>(6.704)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>		<b>276.932</b>	<b>270.490</b>
<b>Resultado financeiro</b>	15		
Receitas financeiras		8.577	7.150
Despesas financeiras		(60.472)	(72.116)
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>(51.895)</b>	<b>(64.966)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>225.037</b>	<b>205.524</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(46.913)	(48.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(17.410)	(20.671)
		<b>(64.323)</b>	<b>(69.342)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>160.714</b>	<b>136.182</b>
<b>Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)</b>	12	<b>0,28</b>	<b>0,24</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	160.714	136.182
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>160.714</b>	<b>136.182</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro	Proposta para distribuição de dividendos adicionais		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>565.756</b>	<b>27.692</b>	<b>47.496</b>	<b>113.013</b>	-	<b>753.957</b>
Dividendos adicionais deliberados	-	-	-	(113.013)	-	(113.013)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.182	136.182
<b>Proposta para destinação do resultado</b>						
Reserva legal	-	6.809	-	-	(6.809)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(32.343)	(32.343)
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(6.469)	(6.469)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	97.030	-	(90.561)	6.469
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>565.756</b>	<b>34.501</b>	<b>144.526</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>744.783</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	160.714	160.714
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	(6.469)	-	-	(6.469)
<b>Proposta para destinação do resultado</b>						
Reserva legal	-	8.036	-	-	(8.036)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(7.570)	(7.570)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	52.430	(52.430)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	56.678	-	(56.678)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>565.756</b>	<b>42.537</b>	<b>194.735</b>	<b>52.430</b>	<b>-</b>	<b>855.458</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	160.714	136.182
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(462)	37
Baixa de intangível	-	433
Provisão para processos judiciais	240	46
Reversão de provisão de processos judiciais	(62)	(5)
Encargos de arrendamento	80	94
Atualizações monetárias	31.261	40.592
Juros provisionados sobre debêntures	25.430	28.094
Depreciação e amortização	2.046	567
Apropriação dos custos de transação	1.581	1.581
Atualização do ativo financeiro da concessão	(70.509)	(85.858)
Amortização do bônus da concessão	64.277	61.435
Imposto de renda e contribuição social correntes	46.913	48.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.410	20.671
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(314)	15.328
Outros tributos compensáveis	-	8
Serviços em curso	(542)	(1.209)
Outros créditos	(2.225)	2.848
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	4.841	(3.593)
Salários, provisões e encargos sociais	(128)	181
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	(198)
Outras obrigações fiscais	358	118
Encargos setoriais	2.100	2.143
Outras obrigações	514	106
	<b>283.539</b>	<b>268.272</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(46.707)	(30.997)
Pagamentos de juros de debêntures	(26.057)	(28.630)
Pagamentos de processos judiciais	(2)	(15)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>210.773</b>	<b>208.630</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições de ativo imobilizado	(28.430)	(16.268)
Títulos e valores mobiliários	130	(15)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(28.300)</b>	<b>(16.283)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Pagamentos de debêntures (principal)	(102.471)	(97.378)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(294)	(349)
Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	(99.000)	(105.684)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(201.765)</b>	<b>(203.411)</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<b>(19.292)</b>	<b>(11.064)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	53.850	64.914
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>34.558</b>	<b>53.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

---

A Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Companhia” ou “EGP Volta Grande”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974, com 380 MW de capacidade instalada e com garantia física de 219,1 MW.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. adquiriu um contrato de 30 anos de concessão da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, com início da prestação de serviço em 1º de dezembro de 2017 e término em 1º de dezembro de 2047, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017. Em 20 de junho de 2022, foi firmado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, para formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.928/2021 e da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, sendo a nova vigência até 11 de maio de 2048.

Em contrapartida, pela prestação de serviços de geração, exclusivamente pela disponibilização da parcela da garantia física destinada ao regime de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual de Geração - RAG. O valor anual da RAG original para o ciclo de 2017/2018 foi de R\$ 198.028, conforme Resolução Homologatória 2.353/2017. Para o ciclo 2023/2024, a RAG estabelecida na Resolução Homologatória 3.225/2023 é de R\$ 278.534. Do total de sua energia assegurada, 70% deve ser comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração, são comercializados no mercado livre. No período da extensão do prazo da vigência da outorga, a Companhia disporá livremente da energia proveniente da usina, nos termos dos §4º dos artigos. 2º-A e 2º-B da Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

---

#### **2.1. Base de preparação**

##### **2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em 1º de março de 2024.

##### **2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### 2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

## 2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

## 2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas e não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada	1º de janeiro de 2024

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

### 2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 7 – Intangível;
- Nota 11 – Provisões para processos judiciais;
- Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Nota 18.1 – Instrumentos financeiros.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Os certificados de depósitos bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 99,34% do CDI (101,50% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	892	1.324
Aplicações financeiras CDB (Aplicações diretas)	33.666	52.526
<b>Total</b>	<b>34.558</b>	<b>53.850</b>

#### 4. Contas a receber

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
Mercado de Curto Prazo	-	-	170
Contas a receber - partes relacionadas (nota 17)	7.036	7.036	6.552
	7.036	7.036	6.722
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(462)
<b>Total</b>	<b>7.036</b>	<b>7.036</b>	<b>6.260</b>

Em dezembro de 2023, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 23.934 (R\$ 23.211 em 31 de dezembro de 2022), com desconto de R\$ 203 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2022).

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

### Uso de estimativas

#### **Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)**

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31.12.2022	Adição	Reversão	31.12.2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(462)	(27)	489	-
<b>Total</b>	<b>(462)</b>	<b>(27)</b>	<b>489</b>	<b>-</b>

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(425)	(98)	61	(462)
<b>Total</b>	<b>(425)</b>	<b>(98)</b>	<b>61</b>	<b>(462)</b>

#### **5. Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de outorga)**

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Conforme edital do leilão firmado em 10 de novembro de 2017, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 1.419.784 à título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão de 30 anos. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga – RBO, garantido pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia classificou o montante a receber da bonificação pela outorga como ativo financeiro, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA, durante o período de vigência da concessão. O saldo do ativo financeiro é amortizado mensalmente pelo prazo remanescente do contrato.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>1.554.370</b>	<b>1.529.947</b>
Atualização financeira do bônus da concessão	70.509	85.858
Amortização do bônus da concessão	(64.277)	(61.435)
<b>Saldo do final do exercício</b>	<b>1.560.602</b>	<b>1.554.370</b>
Circulante	65.025	62.175
Não circulante	1.495.577	1.492.195

### 6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

#### Uso de estimativas

#### **Redução ao valor recuperável**

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022	Adição	Depreciação / amortização	Transferência	31.12.2023
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	160	-	-	57.523	57.683
	<b>160</b>	-	-	<b>57.523</b>	<b>57.683</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Máquinas e equipamentos	(94)	-	(1.470)	-	(1.564)
	<b>(94)</b>	-	<b>(1.470)</b>	-	<b>(1.564)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>					
Barragens e adutoras	2.284	-	-	-	2.284
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	387	-	-	-	387
Máquinas e equipamentos	63.790	27.858	-	(57.523)	34.125
Veículos	600	-	-	-	600
Compras em andamento	4	214	-	-	218
	<b>67.065</b>	<b>28.072</b>	-	<b>(57.523)</b>	<b>37.614</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>67.131</b>	<b>28.072</b>	<b>(1.470)</b>	-	<b>93.733</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>					
Imóveis	414	-	(60)	-	354
Veículos	224	-	(202)	-	22
	<b>638</b>	-	<b>(262)</b>	-	<b>376</b>
<b>Total</b>	<b>67.769</b>	<b>28.072</b>	<b>(1.732)</b>	-	<b>94.109</b>

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	31.12.2022
<b>Imobilizado em serviço</b>				
Máquinas e equipamentos	160	-	-	160
	<b>160</b>	-	-	<b>160</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Máquinas e equipamentos	(68)	-	(26)	(94)
	<b>(68)</b>	-	<b>(26)</b>	<b>(94)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>				
Barragens e adutoras	2.284	-	-	2.284
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	387	-	-	387
Máquinas e equipamentos	48.112	15.678	-	63.790
Veículos	167	433	-	600
Compras em andamento	4	-	-	4
	<b>50.954</b>	<b>16.111</b>	-	<b>67.065</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>51.046</b>	<b>16.111</b>	<b>(26)</b>	<b>67.131</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>				
Imóveis	17	471	(74)	414
Veículos	426	-	(202)	224
	<b>443</b>	<b>471</b>	<b>(276)</b>	<b>638</b>
<b>Total</b>	<b>51.489</b>	<b>16.582</b>	<b>(302)</b>	<b>67.769</b>

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Máquinas e equipamentos	6,25%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2023.

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Imóveis	6,75

## 7. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

### Uso de estimativas:

#### **GSF (Generation Scaling Factor)**

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023				31.12.2022	
	Em serviço			Em curso	Total	Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo		
Extensão da concessão - GSF (a)	6.797	(748)	6.049	-	6.049	6.298
Software	2.454	(73)	2.381	193	2.574	2.422
Custo incremental CCEE	321	(33)	288	-	288	147
<b>Total</b>	<b>9.572</b>	<b>(854)</b>	<b>8.718</b>	<b>193</b>	<b>8.911</b>	<b>8.867</b>

a) Com a repactuação do risco hidrológico – GSF e seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 162 dias de extensão da outorga e o montante de R\$ 6.497, o qual está sendo compensado por meio do prazo de extensão da outorga. Em 20 de junho de 2022, foi firmado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, para formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.928/2021 e da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, sendo a nova vigência até 11 de maio de 2048.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso	Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.828</b>	<b>(275)</b>	<b>6.553</b>	<b>2.855</b>	<b>9.408</b>
Baixa	-	-	-	(433)	(433)
Extensão da concessão - GSF amortização	-	(250)	(250)	-	(250)
Custo Incremental CCEE	157	(9)	148	-	148
Amortização	-	(6)	(6)	-	(6)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.985</b>	<b>(540)</b>	<b>6.445</b>	<b>2.422</b>	<b>8.867</b>
Adições	165	-	165	193	358
Transferência	2.422	-	2.422	(2.422)	-
Extensão da concessão - GSF amortização	-	(250)	(250)	-	(250)
Custo Incremental CCEE	-	(24)	(24)	-	(24)
Amortização	-	(40)	(40)	-	(40)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9.572</b>	<b>(854)</b>	<b>8.718</b>	<b>193</b>	<b>8.911</b>

As principais taxas de amortização dos ativos intangíveis são as seguintes:

Administração	%
Software	20%
Custo incremental CCEE	33%

### 8. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de energia	-	418
Encargo de uso da rede	4.498	4.705
Encargo de uso da rede - partes relacionadas (nota 17)	-	47
<b>Total energia</b>	<b>4.498</b>	<b>5.170</b>
Materiais e serviços	20.601	17.289
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 17)	12.774	10.573
<b>Total materiais e serviços</b>	<b>33.375</b>	<b>27.862</b>
<b>Total</b>	<b>37.873</b>	<b>33.032</b>

### 9. Debêntures

Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	31.12.2023					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
<b>Moeda nacional</b>						
Debêntures	101.560	4.567	106.127	508.064	508.064	614.191
<b>Total</b>	<b>101.560</b>	<b>4.567</b>	<b>106.127</b>	<b>508.064</b>	<b>508.064</b>	<b>614.191</b>

	31.12.2022					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
<b>Moeda nacional</b>						
Debêntures	97.016	5.194	102.210	582.363	582.363	684.573
<b>Total</b>	<b>97.016</b>	<b>5.194</b>	<b>102.210</b>	<b>582.363</b>	<b>582.363</b>	<b>684.573</b>

As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia	31.12.2023
Debêntures 1ª série - 1ª emissão	519.000	15/10/2020	15/10/2029	IPCA + 3,70% a.a.	Anual	Semestral	CAPEX	Recebíveis sobre a RBO	395.217
Debêntures 2ª série - 1ª emissão	281.000	15/10/2020	15/10/2029	IPCA + 3,70% a.a.	Anual	Anual	CAPEX	Recebíveis sobre a RBO	218.974
									<b>614.191</b>

A curva de amortização das debêntures não circulante se apresenta da seguinte forma:

2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
110.817	106.188	106.188	106.189	78.682	508.064

As movimentações das debêntures são como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>97.522</b>	<b>642.808</b>	<b>740.330</b>
Encargos provisionados	28.094	-	28.094
Encargos pagos	(28.630)	-	(28.630)
Variação monetária	-	40.576	40.576
Transferências	3.643	(3.643)	-
Amortizações	-	(97.378)	(97.378)
Custo de transação	1.581	-	1.581
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>102.210</b>	<b>582.363</b>	<b>684.573</b>
Encargos provisionados	25.430	-	25.430
Encargos pagos	(26.057)	-	(26.057)
Variação monetária	-	31.135	31.135
Transferências	105.434	(105.434)	-
Amortizações	(102.471)	-	(102.471)
Custo de transação	1.581	-	1.581
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>106.127</b>	<b>508.064</b>	<b>614.191</b>

### 9.1 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, as debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações, são da espécie quirografária, e ainda a Companhia possui obrigações financeiras que em caso de descumprimento podem acarretar o vencimento antecipado das debêntures. A Companhia não poderá apresentar por dois trimestres consecutivos o índice de capacidade de endividamento (obtido através da divisão da dívida líquida financeira pelo LAJIDA) superior ao limite estabelecido abaixo:

1ª Emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeiras líquida / LAJIDA (máximo)	4,00

- Dívida financeira líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia estava em cumprimento com termos dos *covenants* listados acima.

### 10. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Para regime tributário e informações do passivo a Companhia opta pelo lucro real e recolheu as estimativas de IRPJ e CSLL com base na receita bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os saldos de tributos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram obtidos através do confronto entre o valor do imposto devido com base no lucro real anual e das estimativas pagas no decorrer do exercício, e deve ser pago até o último dia útil do mês de março do ano subsequente.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão sendo apresentados de forma líquida entre ativo e passivo portanto, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não está sendo apresentado saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar no balanço da Companhia.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Imposto de renda e contribuição sociais a pagar</b>		
Imposto de renda	(24.497)	(24.168)
Contribuição social	(7.395)	(7.502)
<b>Total de imposto de renda e contribuição social, líquidos</b>	<b>(31.892)</b>	<b>(31.670)</b>

### 11. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

#### Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

#### 11.1 Contingência com risco provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável:

	31.12.2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023
Cíveis	203	240	(62)	126	(2)	505
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>240</b>	<b>(62)</b>	<b>126</b>	<b>(2)</b>	<b>505</b>

	31.12.2021	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2022
Cíveis	161	46	(5)	16	(15)	203
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>46</b>	<b>(5)</b>	<b>16</b>	<b>(15)</b>	<b>203</b>

A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

servidão administrativa.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

### 11.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 34 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2022).

Em sua maioria, a Companhia discute, no âmbito cível, processos relacionados a temas fundiários por meio de ações judiciais tais como reintegração de posse, servidão administrativa e ações de consignação em pagamento. Além dos temas destacados acima, a Companhia também possui alguns processos que discutem temas regulatórios.

## 12. Patrimônio líquido

### 12.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 565.756, em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
<b>Total</b>	<b>565.756.528</b>	<b>100,00%</b>	<b>565.756.528</b>	<b>100,00%</b>

### 12.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

### 12.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 22 do estatuto social da Companhia.

### 12.4 Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	160.714	136.182
(-) Reserva legal	(8.036)	(6.809)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>152.678</b>	<b>129.373</b>
Dividendo mínimo obrigatório	(7.570)	(32.343)
Juros sobre capital próprio	(36.000)	-
Dividendo adicional proposto	(52.430)	(6.469)
Reserva para reforço de capital de giro	(56.678)	(90.561)
	-	-

### Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 24 de abril de 2023, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2022, no montante de R\$ 136.182, sendo que desse o montante: R\$ 6.809 como reserva legal. R\$ 32.343 em forma de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 6.469 como dividendo adicional proposto e R\$ 90.561 na forma de reserva para reforço de capital de giro.

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	Efeito não caixa				Efeito caixa		31.12.2023
	31.12.2022	Juros sobre o capital próprio	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Juros sobre o capital próprio pagos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	65.343	36.000	6.469	7.570	(36.000)	(63.000)	16.382

	Efeito não caixa			Efeito caixa		31.12.2022
	31.12.2021	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	25.671	113.013	32.343	(105.684)	65.343	

Em 28 de dezembro de 2023, a Controladora Enel Brasil, aprovou a postergação do pagamento dos dividendos de R\$ 8.812, cujo vencimento era em 31 de dezembro de 2023, para 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de preservar a liquidez de caixa da Companhia em virtude da conjuntura econômica atual.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 23 de outubro de 2023 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2022, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 36.000, cujo pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2023.

### 12.5 Lucro básico por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	160.714	136.182
Média ponderada de ações no exercício	565.756.528	565.756.528
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	<b>0,28</b>	<b>0,24</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Receita líquida

	2023	2022
Receita com venda de energia gerada - partes relacionadas (nota 17) e (13.1)	81.191	77.908
Receita anual de geração ("RAG") (13.2)	267.547	236.623
Receita anual de geração ("RAG") - partes relacionadas (nota 17) e (13.2)	52.116	59.562
Mercado de curto prazo - partes relacionadas (13.1)	3.983	3.084
Atualização do bônus de concessão (13.2)	70.509	85.858
Amortização do bônus de concessão (13.2)	(64.277)	(61.435)
	<b>411.069</b>	<b>401.600</b>
<b>Deduções da receita</b>		
Cofins	(32.063)	(29.745)
Pis	(6.961)	(6.458)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ("CFURH")	(10.096)	(10.519)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(3.513)	(3.368)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(953)	(1.514)
	<b>(53.586)</b>	<b>(51.604)</b>
<b>Total</b>	<b>357.483</b>	<b>349.996</b>

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

#### 13.1 Receita com venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

#### 13.2 Receita anual de geração e atualização do bônus da concessão

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como "custo amortizado", inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Custo e despesas operacionais

	2023				2022				
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal e administradores	(4.854)	-	(2.514)	(7.368)	(4.721)	-	(3.392)	-	(8.113)
(-) Capitalização dos custos com pessoal	577	-	-	577	528	-	-	-	528
Provisão para processos judiciais	-	-	(178)	(178)	-	-	(41)	-	(41)
Material	(6)	-	(1.263)	(1.269)	(2.344)	-	(1.238)	-	(3.582)
(-) Capitalização dos custos de material	1.021	-	-	1.021	1.189	-	-	-	1.189
Serviços de terceiros	(9.114)	-	(1.290)	(10.404)	(6.205)	-	(1.503)	-	(7.708)
Energia elétrica comprada para revenda	(5.024)	-	-	(5.024)	(9.174)	-	-	-	(9.174)
Transporte de potência de energia	(52.977)	-	-	(52.977)	(48.776)	-	-	-	(48.776)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 17)	(145)	-	-	(145)	(584)	-	-	-	(584)
Depreciação e amortização	(1.721)	-	(325)	(2.046)	(265)	-	(298)	-	(563)
Aluguéis e arrendamentos	(386)	-	196	(190)	(273)	-	238	(6)	(41)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	462	-	462	-	(37)	-	-	(37)
Seguros	(2.903)	-	-	(2.903)	(3.005)	-	-	-	(3.005)
Outras receitas (despesas)	303	-	(410)	(107)	828	-	(435)	8	401
<b>Total</b>	<b>(75.229)</b>	<b>462</b>	<b>(5.784)</b>	<b>(80.551)</b>	<b>(72.802)</b>	<b>(37)</b>	<b>(6.669)</b>	<b>2</b>	<b>(79.506)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Resultado financeiro

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	8.760	7.441
Outras variações cambiais	109	2
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	121	56
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(413)	(349)
	<b>8.577</b>	<b>7.150</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Outras variações cambiais	(1)	(192)
Encargos de dívidas	(25.430)	(28.094)
Variações monetárias - dívidas	(31.134)	(40.576)
Custo de transação de debêntures	(1.581)	(1.581)
Juros em arrendamento	(80)	(94)
Atualização de provisão para processos judiciais	(126)	(16)
Atualização de impostos e multas	(52)	(191)
Garantias e fianças	(54)	(55)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(314)	(55)
Outras despesas financeiras	(1.700)	(1.262)
	<b>(60.472)</b>	<b>(72.116)</b>
<b>Total</b>	<b>(51.895)</b>	<b>(64.966)</b>

### 16. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### 16.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(34.490)	(12.423)	(35.894)	(12.777)
Diferidos	(12.803)	(4.607)	(15.200)	(5.471)
	<b>(47.293)</b>	<b>(17.030)</b>	<b>(51.094)</b>	<b>(18.248)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>225.037</b>	<b>225.037</b>	<b>205.524</b>	<b>205.524</b>
Permanentes - Despesas indedutíveis e multas	19	19	-	-
Despesas indedutíveis	161	161	-	-
Juros sobre o capital próprio	(36.000)	(36.000)	-	-
	<b>(35.820)</b>	<b>(35.820)</b>	-	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>189.217</b>	<b>189.217</b>	<b>205.524</b>	<b>205.524</b>
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(47.280)</b>	<b>(17.030)</b>	<b>(51.357)</b>	<b>(18.497)</b>
Ajuste do exercício anterior	(13)	-	271	252
Outras	-	-	(8)	(3)
<b>Total</b>	<b>(47.293)</b>	<b>(17.030)</b>	<b>(51.094)</b>	<b>(18.248)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>24,99%</b>	<b>9,00%</b>	<b>24,86%</b>	<b>8,88%</b>

### 16.2 Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
<b>Tributos diferidos ativos:</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	158	(158)	381
Arrendamento - CPC 06 (R2)	(18)	(19)	1	12
Outras provisões	3.301	2.461	840	211
	<b>3.283</b>	<b>2.600</b>	<b>683</b>	<b>604</b>
<b>Tributos diferidos passivos:</b>				
Repactuação do GSF	(2.056)	(2.163)	107	62
Atualização bônus da concessão	(145.153)	(126.953)	(18.200)	(21.337)
	<b>(147.209)</b>	<b>(129.116)</b>	<b>(18.093)</b>	<b>(21.275)</b>
<b>Total</b>	<b>(143.926)</b>	<b>(126.516)</b>	<b>(17.410)</b>	<b>(20.671)</b>

### Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de realização	Valor
2024	903
2025	330
2026	330
2027	330
2028 a 2030	1.390
<b>Total</b>	<b>3.283</b>

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

### 17. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

### 17.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022
		Passivo	Passivo
Dividendos a pagar	Dezembro de 2024	(16.382)	(65.343)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura (a)	Agosto de 2027	(9.888)	(7.886)
<b>Total</b>		<b>(26.270)</b>	<b>(73.229)</b>

### 17.2 Empresas em controle em comum

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Venda de energia (b)</b>					
ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Fevereiro de 2047	-	-	(8.516)	8.319
ENEL Distribuição CE- Coelce	Fevereiro de 2047	-	-	(10.313)	9.438
ENEL Distribuição Goiás- CELG D (*)	Fevereiro de 2047	-	-	-	10.650
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Fevereiro de 2047	-	-	(33.287)	31.152
ENEL Trading Brasil S.A.	Janeiro de 2031	7.036	6.555	(81.191)	77.910
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão (**)</b>					
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	(47)	145	(584)
<b>Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura (a)</b>					
ENEL Distribuição CE- Coelce	Agosto de 2027	(461)	(461)	-	-
ENEL Distribuição Rio- AMPLA	Agosto de 2027	(781)	(781)	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Agosto de 2027	(876)	(741)	-	-
ENEL CIEN S.A.	Agosto de 2027	(29)	(29)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Agosto de 2027	(651)	(783)	-	-
<b>Total</b>		<b>4.238</b>	<b>3.713</b>	<b>(133.162)</b>	<b>136.885</b>

(\*) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(\*\*) Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023. Até essa data, as transações da Companhia com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

#### (a) Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Venda de energia

Contratos bilaterais negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

### Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

## 18. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

### 18.1 Instrumentos financeiros

#### 18.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível (*)	31.12.2023		31.12.2022		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	34.558	34.558	53.850	53.850
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	14	14	144	144
Contas a receber	Custo amortizado	2	7.036	7.036	6.260	6.260
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	Custo amortizado	2	1.560.602	1.560.602	1.554.370	1.554.370
			<b>1.602.210</b>	<b>1.602.210</b>	<b>1.614.624</b>	<b>1.614.624</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	2	37.873	37.873	33.032	33.032
Debêntures	Custo amortizado	2	614.191	623.415	684.573	695.379
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	440	440	654	654
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	16.382	16.382	65.343	65.343
			<b>668.886</b>	<b>678.110</b>	<b>783.602</b>	<b>794.408</b>
			<b>2.271.096</b>	<b>2.280.320</b>	<b>2.398.226</b>	<b>2.409.032</b>

\* Conforme detalhado na nota explicativa 18.1.2 Hierarquia do valor justo

### Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para a rubrica de debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes (IPCA), respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente o fator de atualização pelo IPCA.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

### 18.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

### 18.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios da Companhia, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 (seis) macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 37 (trinta e sete) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding (Enel Spa); aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de ação para obter uma gestão eficaz e

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de ação. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linha e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linha de ação.

A área de Controle de Riscos Brasil possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto financeiro dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Proprietários do Risco ("*Risk Owners*").

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável é diretamente responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

### **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### **(b.1) Risco de crédito**

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### **(b.2) Gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023	31.12.2022
Debêntures	614.191	684.573
<b>Dívida</b>	<b>614.191</b>	<b>684.573</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(34.558)	(53.850)
Títulos e valores mobiliários	(14)	(144)
<b>Dívida líquida</b>	<b>579.619</b>	<b>630.579</b>
Patrimônio líquido	855.459	744.783
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>40,39%</b>	<b>45,85%</b>

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2023 é de 40,39% (45,85% em 31 de dezembro de 2022), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>31 de dezembro de 2023</b>						
Debêntures	(132)	(264)	125.552	492.212	83.939	701.307
<b>Total</b>	<b>(132)</b>	<b>(264)</b>	<b>125.552</b>	<b>492.212</b>	<b>83.939</b>	<b>701.307</b>

A Companhia apresentou resultado líquido positivo e caixa gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios. Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com debêntures no montante de R\$ 106.127 e dividendos para empresas do Grupo no montante de R\$ 16.382, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da  *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da  *Enel Finance International (EFI)*, poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

### (b.4) Riscos de mercado

#### (b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía 100% da dívida total R\$ 614.191 (R\$ 684.573 em 31 de dezembro de 2022), indexada à taxa variável (IPCA).

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses, considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	50.919	57.796	6.817	64.603	13.684
<b>Total</b>	<b>50.919</b>	<b>57.796</b>	<b>6.817</b>	<b>64.603</b>	<b>13.684</b>

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 7.

### 19. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos conforme abaixo:

Obrigações contratuais	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Serviços de logística	22.758	5.545	843	23	33

### 20. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e seguro de responsabilidade civil, que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	2.964.800	5.330.451
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	N/A	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	N/A	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	N/A	106.609

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.